



Bruxelas, 17 de maio de 2021
(OR. en)

8618/21

| | |
|------------|-----------|
| COMPET 336 | EMPL 190 |
| IND 120 | ENER 166 |
| MI 330 | ENV 289 |
| CLIMA 100 | ESPACE 50 |
| CONSOM 116 | PI 35 |
| DIGIT 57 | POLMIL 66 |
| ECOFIN 424 | RC 19 |
| EDUC 158 | RECH 201 |

NOTA

de: Presidência

para: Comité de Representantes Permanentes/Conselho

Assunto: *Preparação do Conselho (Competitividade) de 27 de maio de 2021*
Atualização da nova estratégia industrial para a Europa – a importância crucial de garantir o acesso a matérias-primas essenciais
Debate de orientação

Junto se envia, à atenção das delegações, uma nota da Presidência sobre a "Atualização da nova estratégia industrial para a Europa – a importância crucial de garantir o acesso a matérias-primas essenciais", tendo em vista o debate de orientação no Conselho (Competitividade) de 27 de maio de 2021.

Conselho (Competitividade) | Mercado Interno e Indústria

Atualização da nova estratégia industrial para a Europa – a importância crucial de garantir o acesso a matérias-primas essenciais

Documento de reflexão da Presidência

Muitas mudanças ocorreram desde março de 2020, quando a Comissão adotou o pacote de medidas para a política industrial. A pandemia de COVID-19 atingiu duramente a economia europeia, com repercussões diferentes em termos quantitativos e qualitativos nos vários setores e ecossistemas industriais.

A estratégia industrial atualizada, apresentada pela Comissão em 5 de maio, reafirma as prioridades definidas em março de 2020, nomeadamente as transições ecológica e digital. Ao mesmo tempo, é acompanhada de uma avaliação destinada a retirar lições da crise pandémica para impulsionar a recuperação, reforçar a autonomia estratégica aberta da UE (que foi amplamente debatida na reunião informal dos ministros responsáveis pela Competitividade (Mercado Interno e Indústria) realizada em março deste ano) e acelerar a dupla transição, tendo em conta os pedidos formulados pelo Conselho Europeu nas suas conclusões de outubro de 2020, no sentido de: i) apresentar um relatório estratégico sobre o mercado único, incluindo o ponto da situação do Plano de Ação para a Aplicação e o Cumprimento das Regras do Mercado Único; ii) aferir a solidez dos procedimentos existentes e a necessidade de ações para reforçar a resiliência do mercado único; e iii) identificar dependências estratégicas, em especial nos ecossistemas industriais mais sensíveis, como os da saúde, e propor medidas para as atenuar.

Reforço da resiliência do mercado único

O primeiro relatório anual sobre o mercado único analisa, entre outros aspetos, o impacto da crise no mercado único e nas empresas europeias, inclusive nos ecossistemas industriais e nas pequenas e médias empresas (PME). Avalia também os progressos realizados na eliminação dos principais obstáculos ao mercado único.

Baseando-se nos resultados da análise e nos ensinamentos retirados, a Comissão confirma o seu compromisso de explorar formas de reforçar a resiliência do mercado único, entre as quais se inclui o Instrumento de Emergência do Mercado Único, que visa proporcionar uma solução estrutural que assegure a disponibilidade e a livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços no contexto de eventuais crises futuras.

O documento destaca também o importante papel desempenhado pelo "grupo de trabalho para o cumprimento das regras do mercado único", criado em março de 2020 no quadro da estratégia industrial, enquanto fórum de alto nível no qual a Comissão e os Estados-Membros procuram, em colaboração, soluções para eliminar os obstáculos ao mercado único.

Serão prosseguidos os esforços para eliminar as restrições e os obstáculos identificados no relatório de 2020 sobre os obstáculos ao mercado único. Em particular, a Comissão explorará as possibilidades de definir normas no domínio dos serviços às empresas e de melhorar a aplicação prática do destacamento de trabalhadores. Será também colocada uma tónica especial na interação entre bens e serviços em todos os ecossistemas e o papel de uma fiscalização eficaz do mercado por parte das autoridades nacionais para fazer face a produtos não conformes.

Iniciativas específicas para combater os pagamentos em atraso, tais como o futuro Observatório dos Pagamentos em Atraso, a mobilização de investimentos em PME através da vertente PME do InvestEU e um novo fundo público-privado de ofertas públicas iniciais para apoiar as PME e as empresas de média capitalização, a fim de assegurar um melhor acesso ao financiamento por capitais próprios, contribuirão também para melhorar a solvabilidade das PME. Estas ações fomentarão a recuperação do mercado único e reforçarão a competitividade e a resiliência da indústria da UE.

Dar resposta às dependências estratégicas da UE

A estratégia industrial de março de 2020 salientou a importância de reforçar a autonomia estratégica aberta da UE e a necessidade de reduzir as dependências em relação a países terceiros no que diz respeito a determinados produtos, infraestruturas e tecnologias específicos de importância estratégica. A crise da COVID-19 ilustrou a importância de uma melhor previsão das dependências estratégicas atuais e futuras.

No documento de trabalho dos serviços da Comissão sobre as dependências estratégicas publicado juntamente com a estratégia industrial atualizada, a Comissão procedeu a uma análise baseada em dados comerciais que fornece uma primeira perspetiva sobre a situação. Em 5 200 produtos importados para a UE, a análise identifica 137 produtos (que representam 6 % do valor total das importações de mercadorias na UE) em ecossistemas industriais sensíveis, dos quais a UE é altamente dependente. Cerca de metade desses produtos provém da China. Esses produtos estão sobretudo relacionados com as indústrias energeticamente intensivas (como as matérias-primas) e com os ecossistemas da saúde (como os princípios ativos farmacêuticos), ou outros produtos relevantes para apoiar as transições ecológica e digital.

Desses produtos, 34 são considerados mais vulneráveis, dado o seu potencial eventualmente reduzido de diversificação e substituição pela produção da UE. A análise em questão abrange seis apreciações aprofundadas sobre matérias-primas, baterias, princípios ativos farmacêuticos, hidrogénio, semicondutores e tecnologias de nuvem e de computação periférica. Além disso, revela os desafios e as dependências no domínio das tecnologias avançadas.

No tocante ao caminho a seguir, a estratégia industrial atualizada reafirma a vontade da Comissão de continuar a dialogar com os Estados-Membros e a indústria, inclusive através do fórum industrial, a fim de aprofundar a sua análise e abordar as dependências estratégicas identificadas. Tal como referido na Revisão da política comercial, serão prosseguidos os trabalhos no sentido de diversificar as cadeias de abastecimento internacionais e de manter parcerias internacionais com parceiros que partilham as mesmas ideias.

Além disso, a estratégia industrial atualizada reafirmou o apoio da Comissão às alianças industriais em domínios estratégicos em que essas alianças sejam consideradas o melhor instrumento para acelerar atividades que de outro modo não se desenvolveriam. Em particular, a Comissão anunciou que está a preparar o lançamento de duas alianças nas áreas das tecnologias de processadores e semicondutores e dos dados industriais e tecnologias de nuvem e de computação periférica. Está também a ponderar a preparação de alianças na área dos lançadores de engenhos espaciais e na área da aviação com emissões zero, trabalhando em plena complementaridade com a aliança na área dos combustíveis renováveis e hipocarbónicos, atualmente em estudo.

De acordo com a estratégia industrial atualizada, a Comissão apresentará igualmente uma estratégia para a normalização com vista a assumir uma posição mais assertiva no estabelecimento de normas europeias e internacionais, em consonância com os interesses e valores estratégicos europeus. Embora seja, por natureza, uma atividade técnica, a normalização é uma atividade altamente estratégica. As normas asseguram a interoperabilidade entre diferentes dispositivos e serviços, reduzem os custos de adaptação, eliminam os obstáculos ao comércio, ajudam as empresas a aceder aos mercados e facilitam a implementação de novas tecnologias e produtos. Além disso, as normas podem desempenhar um papel fundamental na promoção da competitividade e da liderança tecnológica da UE, nomeadamente em novos domínios em que a UE, por si só ou em cooperação com parceiros que partilham as mesmas ideias, tem capacidade para influenciar o sistema internacional.

As orientações anunciadas em matéria de contratação pública estratégica podem também contribuir para diversificar a base de fornecedores e reforçar as cadeias de valor da UE num contexto mundial.

Em conjugação com a estratégia industrial atualizada, a Comissão propôs também um instrumento jurídico para fazer face aos potenciais efeitos de distorção das subvenções estrangeiras no mercado único. Este instrumento pode ser um elemento fundamental ao abordar a dimensão externa das condições de concorrência equitativas e, desse modo, contribuirá para promover um mercado único justo e competitivo.

Por último, as iniciativas previstas na estratégia industrial atualizada devem também ser estabelecidas no contexto mais vasto das ações que os países terceiros ponderam implementar. Por exemplo, os EUA estão a proceder a uma análise das suas cadeias de abastecimento centrando-se nas baterias, nos semicondutores, nos princípios farmacêuticos ativos e nas terras raras, bem como em seis bases industriais¹. O G7 está também a abordar as vulnerabilidades da cadeia de abastecimento mundial no âmbito de um novo plano de ação do G7 em matéria de resiliência económica.

Acelerar a dupla transição

A pandemia afetou o ritmo e a escala das transições ecológica e digital. Para reforçar a viabilidade económica das transições e a sua previsibilidade, que são pré-requisitos para a tomada de decisões de investimento informadas, a indústria necessita de um quadro regulamentar coerente, de acesso a capacidades e infraestruturas (incluindo digitais), de acesso ao financiamento (com uma forte ênfase nos instrumentos de capital próprio e na necessidade de melhorar o ecossistema de capital), de acesso às matérias-primas e à energia descarbonizada, bem como de competências adequadas.

Neste contexto, a estratégia industrial atualizada apresenta uma primeira análise dos desafios enfrentados pelos catorze ecossistemas industriais e das iniciativas transformadoras já empreendidas. Estas análises representam um contributo importante para a criação conjunta, em parceria com a indústria, as autoridades públicas, os parceiros sociais e outras partes interessadas, das chamadas vias de transição para os ecossistemas industriais.

É igualmente necessário criar novos mercados e aprofundar os mercados existentes de produtos ecológicos e impulsionar os investimentos. Os investimentos do *Next Generation EU*, que o Conselho (Competitividade) teve oportunidade de debater no passado mês de fevereiro, proporcionarão oportunidades para introduzir mudanças estruturais nas nossas economias. Os projetos plurinacionais, as alianças industriais, as parcerias europeias e outros instrumentos podem ter um papel importante no impulso à dupla transição.

¹ Defesa, saúde, TIC, energia, transportes, indústria agroalimentar. Ver <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2021/02/24/executive-order-on-america-supply-chains/>.

Acesso a matérias-primas essenciais

A estratégia industrial atualizada e o levantamento nela incluído das dependências e capacidades estratégicas da UE chamam ainda a nossa atenção para a dependência da UE em relação ao abastecimento de matérias-primas provenientes de países terceiros.

O plano de ação da UE para as matérias-primas essenciais² apresenta dez ações para reforçar a resiliência e a autonomia estratégica aberta, reduzindo ao mesmo tempo os impactos ambientais e sociais da utilização de recursos. A sensibilização dos Estados-Membros para as suas próprias dependências estratégicas de matérias-primas essenciais, nomeadamente através da sua utilização pelas indústrias a jusante e da sua participação ativa, é considerada fundamental para o êxito do plano de ação da UE. Entre os domínios que requerem uma ação mais urgente estão as terras raras. Estas são essenciais para a produção de ímanes permanentes em diversos ecossistemas industriais, nomeadamente os setores automóvel, das energias renováveis e da defesa³.

A dependência quase total de uma única fonte para o abastecimento e a refinação de terras raras e para a reciclagem de ímanes (China) pode ser considerada um risco estratégico que a UE está a apressar-se a abordar, assim como os EUA, o Japão, o Reino Unido, o Canadá, a Austrália, a Índia, entre outros.

São necessários investimentos e a Aliança Europeia das Matérias-Primas preparou uma reserva de investimento que poderá contribuir para eliminar importantes dependências de matérias-primas. No entanto, para que isso seja bem sucedido, é necessário que os fabricantes a jusante proporcionem um mercado.

² COM(2020) 474 de 3 de setembro de 2020.

³ 95 % dos veículos elétricos utilizam ímanes permanentes, e as turbinas eólicas contêm, em média, 600 kg de ímanes permanentes por MW. A indústria da defesa utiliza uma pequena parte dos ímanes permanentes, mas estes são de alta qualidade e difíceis de substituir.

Atualmente, a produção interna de terras raras é quase nula. O plano de ação da UE insta os Estados-Membros e as regiões a utilizarem melhor os recursos nacionais, identificando projetos de extração e transformação de matérias-primas essenciais e de valorização de resíduos que possam estar operacionais até 2025 (por exemplo, através de investimentos relevantes nos planos nacionais de recuperação e resiliência). A produção interna tem potencial para satisfazer 20 % da procura anual da UE até 2030⁴.

A Comissão propôs desenvolver parcerias estratégicas com países ricos em recursos, a fim de diversificar o abastecimento externo, estando já a negociar com o Canadá e a Ucrânia. Outras regiões, como os Balcãs Ocidentais, são também importantes. A Sérvia possui vastos recursos de lítio, boratos e outras matérias-primas essenciais e confirmou o seu interesse em desenvolver uma parceria estratégica com a UE. A Comissão pondera ainda a possibilidade de propor parcerias estratégicas aos países africanos interessados, oferecendo-se para os ajudar a criar valor acrescentado no setor mineiro, enquanto motor do desenvolvimento económico e social.

Importa notar, uma vez mais, que os outros intervenientes mundiais estão também a analisar as possibilidades de cooperação com estes países para garantir o seu abastecimento em minerais essenciais. É, por conseguinte, fundamental que os Estados-Membros e as empresas europeias participem ativamente nestas parcerias estratégicas.

Pontos para debate:

- 1. A que três elementos da estratégia industrial atualizada deve ser dada prioridade em termos de medidas estratégicas a adotar a curto ou médio prazo? Tendo em conta o papel fundamental do mercado interno, quais são os três elementos considerados particularmente importantes para o novo Instrumento de Emergência do Mercado Único?*
- 2. Irão as dependências de matérias-primas essenciais comprometer o volume e o ritmo necessários dos investimentos para acionar eficazmente as transições ecológica e digital? Que investimentos na cadeia de valor das matérias-primas tencionam os Estados-Membros apoiar através de investimento privado, do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, de fundos da UE e/ou de auxílios estatais?*

⁴ Cálculos da ERMA: até à data, a ERMA identificou 14 projetos nacionais que poderiam fornecer 7 000 toneladas de ímanes até 2030 e cobrir 20 % da procura anual da UE.